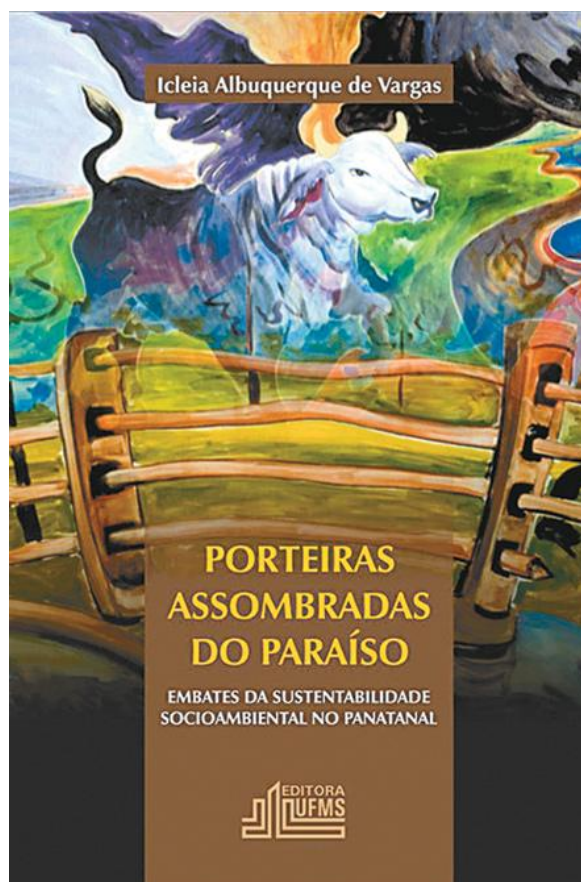


## RESENHA

VARGAS, Icleia Albuquerque de. *Porteiras assombradas do paraíso: embates sobre a sustentabilidade socioambiental do Pantanal*. Campo Grande: UFMS, 2009.



Janaína Mourão Freire

Mestranda do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do  
Instituto de Estudos Socioambientais IESA/ UFG  
Rua R-12 qd 11 - Lote 20 Conjunto Itatiaia 1 – Goiânia-GO. Cep: 74690-370  
Email: janainamourao@gmail.com

O livro de Icleia Albuquerque de Vargas é resultado de sua tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, defendida sob o título “Território, Identidade, Paisagem e Governança no Pantanal Mato-Grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa”.

O título pode ser entendido da seguinte forma: As *porteiras* representam a abertura criada e hoje muito difundida da região Pantaneira para o público externo, mas são *assombradas* pois sem a sustentabilidade socioambiental, o *paraíso* está ameaçado. No título original da tese havia a palavra *caleidoscópio* que representa as múltiplas

relações do homem com o meio a partir do ambiente natural, das comunidades de trabalhadores e dos agentes políticos.

A estrutura utilizada na obra expõe de forma gradativa o tema. São quatro capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. O primeiro faz um preâmbulo sobre a territorialização do Pantanal, a partir da perspectiva da sustentabilidade. No capítulo seguinte, a autora trabalha com os conceitos geográficos que sustentaram a pesquisa e traça importante panorama da pesquisa geográfica. No terceiro, trata da questão legal de ocupação da área e, por fim, no quarto, tem como tema central a identidade. No entanto, é importante frisar que a análise geográfica esteve vinculada ao Pantanal ao longo de todo o livro, ou seja, a obra não foi construída de forma compartimentada.

No primeiro capítulo de nome: *Territorialidade e Sustentabilidade Socioambiental no Pantanal: Um Olhar Interdisciplinar*, a autora faz breve introdução sobre a evolução do pensamento geográfico, desde os enfoques naturalista/funcionalista até o paradigma originário da filosofia dos significados, que resultaram na conhecida Geografia humanística. Para tanto, se utiliza de Claval (2001,2002) como fonte para compreensão do desenvolvimento do humanismo na Geografia. Conclui, ainda tomando como base o autor acima citado, que o enfoque cultural na Geografia é tido como complexo e original por iniciar sua análise pelo homem e suas significações no espaço, dando origem aos lugares. A autora prossegue discorrendo sobre a interdisciplinaridade, hoje em voga nas diversas ciências, que influenciou no surgimento de uma Geografia mais comprometida em dialogar com outras áreas do conhecimento.

A problemática ambiental surge nesse cenário de transformação paradigmática, o homem passa a questionar seu poderio sobre a natureza e a refletir sobre os limites da mesma. O modelo de desenvolvimento adotado é discutido dando origem a debates sobre a sustentabilidade, que fazem da mesma, uma alternativa de compensação da longa e intensa atividade exploratória. Para dar suporte à argumentação, utiliza autores como Leff (2002) e Floriani (2004).

Ainda no primeiro capítulo, a autora explica de forma clara e detalhada como se constitui a patrimonialização do Pantanal, a partir de três fontes: como Patrimônio Natural da União, como Sítio do Patrimônio Mundial Natural e como Reserva da

Biosfera Mundial. A questão da imposição ao Pantanal de áreas de conservação é debatida de forma crítica.

Além disso, para definir o Pantanal se utiliza de Aziz Ab' Saber (1988), que o caracteriza como uma planície de coalescência detrítico-aluvial, o que significa dizer que acaba por ser uma transição de Cerrado, Amazônia, Ecossistemas Aquáticos e outros. Descreve um pouco mais da geomorfologia do local e, a partir dessa importante introdução, adentra no segundo capítulo, onde é possível verificar os conceitos geográficos adotados na pesquisa.

No segundo capítulo: *À Luz da Teoria: Território, Identidade e Paisagem*, há uma revisão de conceitos e categorias geográficas que foram utilizados ao longo do trabalho.

O conceito de *território* é construído através de autores como Haesbaert (2004), Andrade (1996), Vargas (2004), Cavalcanti (1998) e Santos (2001). A autora demonstra a polissemia do termo e aceita, após detalhada análise, que o território é um campo de forças que reproduz territorialidades e desterritorialidades. Além disso, enfatiza a junção do estudo econômico/político ao cultural, o que constitui a identidade territorial.

Além disso, a autora discorre sobre a substituição da visão regional pela abordagem territorial que seria responsável por revelar, nos biomas brasileiros, as singularidades. “Pode-se afirmar que o território adquire uma *alma*, alcançando, assim, certo destaque e autonomia” (p.123)

A *Identidade Territorial* é analisada a luz dos estudos de Claval (1997), Hall (2004) e Haesbaert (1999), além de outros. A autora desenvolve um preâmbulo sobre como esse conceito é adotado e entende-se que a apropriação, fator constituinte do território, mesmo vinculada ao concreto, também está relacionada ao imaterial, por isso a inserção do termo identidade.

No último capítulo fica claro o pensamento da autora sobre o termo acima citado, quando diz que a identidade é adotada enquanto conceito mutável, que depende da temporalidade e espacialidade na qual é analisada. Adota a definição de Hall (2004), segundo o qual “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”. (p. 221)

No trabalho, a autora desenvolve ainda mais o conceito de território ao falar das *territorialidades, desterritorialidades e desenvolvimento territorial sustentável* (este vinculado a *governança ambiental*, termo que vem do francês *gouvernance* e representa as ações em nível local). A autora também debate sobre a *patrimonialização*, que no caso do Pantanal, tem determinado a identidade territorial e constituído a paisagem.

Com a patrimonialização do Pantanal, cria-se Unidades de Conservação, retirando do pantaneiro o direito de viver na sua terra. Portanto, torna-se necessário compreender melhor a relação sociedade-natureza, pois, a identidade do pantaneiro e o sentimento de pertencimento com o lugar devem ser considerados na gestão territorial da área. Para abordar essa questão se utiliza principalmente de Gravari-Barbas (2003).

A *paisagem*, como a autora fez questão de ressaltar, é definida a partir da Geografia e para tanto, analisou historicamente o termo se utilizando de Holzer (1999), Cloarec (2005), Bertrand (2004), Suertegaray (2001) e ao inseri-la como categoria da Geografia Cultural se utiliza também de Claval (1987, 2002), Berque (1998), Cosgrove (1999), Castro (2002), Tuan (1980) e outros.

A paisagem, a partir da vertente cultural da Geografia, se vincula ao vivido. A autora assume que é necessário considerar as relações simbólicas e íntimas do homem com o meio. Com essa concepção, que não pretende ser uma síntese das construídas anteriormente, há um retorno do sociocultural no olhar geográfico e uma melhor “compreensão da complexidade da problemática ambiental” (p.89). Em resumo, a paisagem vai além da ação meramente contemplativa, alcançando o nível da percepção.

O terceiro capítulo, intitulado *Embates da Sustentabilidade Socioambiental*, pretende, e consegue, aplicar as categorias explicitadas anteriormente para entendimento do Pantanal. Primeiramente a autora traça um panorama da questão agrária no local, através de uma contextualização histórica do ambientalismo vinculado à pecuária. Os pecuaristas do Pantanal, além de sofrerem competição das zonas de planalto no Brasil, que possuem melhores condições para produção de carne, sentiam a pressão internacional do movimento ambientalista que se fortaleceu ainda mais após a “doença da vaca louca”, alastrada na Europa entre a década de 70 e 80.

Ainda nesse capítulo, a autora detalha o processo de formação do Parque Natural Regional do Pantanal como um modelo de gestão territorial. Desde a movimentação da SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – há

interesses internacionais na defesa do Pantanal e fica claro que este tem sido fonte de atenção no processo de planejamento regional. Todo o contexto histórico e político de organização legal do Pantanal é explicitado com dados e datas, conectando-os a uma análise crítica do parque nos dias atuais.

Para contextualizar todo o estudo bibliográfico realizado para construção desse capítulo, a autora discorre a respeito do próprio conceito de Parque e detalha o histórico de seu aparecimento. Prossegue falando sobre a política francesa de instituição de áreas protegidas, para ilustrar melhor o caso brasileiro, que seguiu a concepção de território dos primeiros (além da participação de técnicos franceses na área) e conseqüentemente, torna-se falha, visto que a realidade governamental do Brasil é bem diferenciada.

O último capítulo chama-se *Sustentabilidade e Sociodiversidade: Territorialidades da(s) Identidade(s) Pantaneira(s)*. O povo pantaneiro sustenta sua cultura com a valorização da tradição oral, reproduzida pelos próprios habitantes. O território transforma-se em paisagem à medida que uma identidade é formada e construída dentro de uma visão de mundo daqueles que lá vivem. Tópicos como religião, movimentos migratórios, espaço vivido, turismo e produção do espaço são abordados.

Segundo a autora, o fato de “ser pantaneiro”, hoje em dia, ganhou novo significado, positivo, que gera o desejo de adotar essa identidade. Mas afinal o que é ser pantaneiro? O questionamento da autora leva a duas conclusões: 1) a identidade pantaneira não é muito clara e tem sido apropriada e prostituída externamente e 2) aquele que se considera pantaneiro condiciona-se a agir como tal (auto-atribuição).

O Pantanal possui suas bases territoriais sustentadas no homem, no animal e no ambiente e aspectos como o zoomorfismo e antropomorfismo utilizados na cultura popular pantaneira, sustentam essa relação simbólica construída com o meio.

Por fim, a autora conclui seu trabalho realizando uma breve revisão de tudo que discorreu ao longo do livro, tanto no que concerne aos conceitos utilizados quanto a problemática do objeto em si.

As porteiras que se abrem pelo interesse sobre o Pantanal modificam as relações ali estabelecidas, pois, surgem novas possibilidades de uso do território. A medida que, além do Brasil, mas também estrangeiros se interessam pelo bioma, “as porteiras vão sendo escancaradas” (p.266). Nesse sentido, o Pantanal adquire um significado dúbio,

enquanto que para os exógenos ele é patrimônio/espetáculo, para a população interna é recurso/mundo vivido.

Outro ponto importante exposto na conclusão é a atitude do pantaneiro em “ruminar” as propostas governamentais, estando mais presentes no processo de tomada de decisão. Fato incomum no Brasil, visto que as ações são extremamente verticalizadas e com pouca participação popular.

Finalmente, a autora considera que as categorias fundamentais da pesquisa realizada são o território e o pertencimento, pois, “constroem a relação paisagem-identidade no Pantanal”(p.279). Termina o livro assumindo que essa está em eterna construção e exalta a participação da população feminina, das crianças, idosos e populações indígenas na construção, de forma ausente ou presente, do cenário pantaneiro.

Com a leitura da obra de Iceleia Albuquerque de Vargas é possível visualizar o Pantanal com muita clareza e o que é mais importante, a partir de uma lente geográfica. Para além do aprendizado referente o objeto de estudo, o livro também pode ser utilizado por aqueles que desejam estudar algumas categorias geográficas. A obra é recomendada para um público acadêmico por conter conceitos que não são adotados com tanta profundidade no ambiente escolar, no entanto, tem uma linguagem acessível e clara.

Recebido para publicação em setembro de 2011.  
Aprovado para publicação em novembro de 2011.